

ALGUNS DOCUMENTOS INÉDITOS SÔBRE O PADRE ANCHIETA (*).

Uma viagem imprevista impediu que, atendendo ao convite do Dr. Manuel Pinheiro Cal, vosso ilustre Presidente, vos viesse falar sôbre Anchieta, no dia próprio de sua comemoração, a 9 de junho. Outra data, porém não menos sugestiva para todos os que vivemos nesta terra, 13 de julho, dia de seu desembarque na Bahia, me traz hoje ao vosso convívio. Sinto-me com isso honrado e feliz.

Honrado, pelo amigável contacto, que êsse convite me proporciona com tantos elementos representativos da colônia espanhola na Bahia, creio que a mais numerosa coletividade estrangeira nesta cidade do Salvador, para cujo progresso oferece há tantos anos o concurso de sua honradez, eficiência e religiosidade. Feliz, pela ocasião que me é dada de versar um tema que me é particularmente caro, pelo amor que tenho às autênticas tradições do meu país.

Antes de entrar, pois, no assunto anunciado, "alguns documentos inéditos sôbre o Padre Anchieta", devo apresentar o mais cordial agradecimento à Diretoria do Centro Espanhol que me honrou com o seu convite, um agradecimento não menos cordial ao Dr. Clarival do Prado Valadares, que, além das expressões nimiamente benévolas com que me acaba de introduzir, me vem prodigalizando o inestimável auxílio de sua capacidade profissional e de seu humaníssimo interêsse cristão, sem o qual dificilmente vos poderia dirigir hoje a palavra com alguma preparação.

Vejo-me ainda na contingência de solicitar ao bondoso auditório me releve a imodéstia, com que irei, na primeira pessoa, encarar o assunto, revelando o resultado de algumas pesquisas históricas, que a Divina Providência me permitiu realizar com alguma felicidade, nestes últimos anos, a respeito

(*) — Conferência proferida no Centro Cultural e Recreativo Espanhol de Salvador em 13 de julho de 1958 (Nota da Redação).

dêsse grande vulto missionário, que encheu a história religiosa do Brasil no século XVI, o Venerável Padre José de Anchieta.

*

Há quase trinta anos atrás, achando-se em Roma onde concluía seus estudos teológicos, logrou meu confrade e illustre anchietista Padre José da Frota Gentil S. J., através de laboriosas pesquisas nos arquivos, sobretudo no **Archivum Romanum Societatis Jesu**, reunir preciosíssimo acervo de documentos, completado depois em arquivos espanhóis, relativos à biografia do Apóstolo do Brasil.

Regressando à pátria, utilizou parte dessa documentação para divulgação maior dos fastos anchietanos, sobretudo por ocasião do IV centenário do nascimento do Venerável, em 1934, comemorado com brilho excepcional por tôda a Nação. Azava-se então o ensejo de promover de novo a idéia e o impulso indispensáveis em favor da beatificação e canonização daquele que, já em 1897, fôra saudado pelo episcopado brasileiro como futuro padroeiro do Brasil.

A frente dessa causa continua êle, como Vice-postulador, no Rio de Janeiro. Ocupações de outra índole todavia impediram-no de empenhar-se a fundo no aproveitamento de tais riquezas documentais para nos dar nova biografia de Anchieta, nos moldes do aparato crítico reclamado pela época. É lamentável que tanto esforço benemérito se tivesse frustrado por tais motivos. Essa mesma documentação me foi cedida por êle, há poucos anos, para com ela prosseguir eu na realização do mesmo **desideratum**.

O estudo dessa documentação, juntamente com a leitura atenta da **História da Companhia de Jesus no Brasil** do Padre Serafim Leite S. J., em que inúmeros outros documentos de interesse indireto sobretudo para o conhecimento da figura de Anchieta e da ação dos jesuítas do século XVI no Brasil são aduzidos ou citados, me convenceu de que não tinha ainda em mãos a totalidade dos documentos existentes.

Ora, repugnava-me visceralmente empreender a redação de uma biografia atualizada de Anchieta, sabendo de antemão que não seriam utilizados para isso todos os elementos ainda existentes, deixando por isso mesmo duvidosos muitos aspectos de sua vida e de sua obra. Meu amor à verdade, a íntima exigência da mais absoluta veracidade nas afirmações históricas que

teria de enunciar criaram para mim um problema angustioso e insolúvel, que nem todos talvez possam compreender.

Esforcei-me, dentro da limitação dos recursos ao meu alcance, por obter, através de correspondência, a complementação dessas fontes históricas postas à minha disposição. Não poucos microfimes de documentos jesuíticos do **Archivum Romanum Societatis Jesu** e da **Biblioteca Vittorio Emmanuele** de Roma me foram remetidos, graças à generosa boa vontade de colegas meus estabelecidos na Cidade Eterna. Nem tudo, porém, pôde ser encontrado.

Um documento por exemplo, que me parecia de primeira importância, o **Processo ordinário informativo** de 1619-1620 na Bahia, não conseguia ser localizado. Insisti várias vezes. Obtive finalmente uma resposta decisiva. Mons. Angelo Mercati, bibliotecário no Vaticano, mandava dizer que os processos desaparecidos, não encontrados no **Arquivo Secreto do Vaticano**, haviam sido transportados para Paris, durante as invasões napoleônicas. Deveriam ser os de números tais e tais, guardados na **Bibliothèque Nationale**...

Como obter certeza a respeito? Um jesuíta brasileiro, discípulo na Sorbone, furtando momento preciosos ao seu exaustivo e consciencioso trabalho de elaboração de tese — com que foi brilhantemente laureado meses depois — o Padre Milton Valente, se prestou a um ligeiro exame das peças, empenhando ainda no caso um outro jesuíta francês, bom conhecedor da **Bibliothèque**. O resultado contudo não foi concludente para mim. Lá não estava, parece, o **Processo da Bahia**..., mas as pesquisas não tinham sido completas...

Dirigi-me ao nosso ilustre Chanceler, Embaixador Macedo Soares, que vem de nobremente renunciar à pasta das Relações Exteriores, após três anos e meio de uma segunda gestão, em que reergueu, não hesito em proclamá-lo, a diplomacia brasileira às culminâncias dos seus mais gloriosos tempos. Acabava êle de criar, junto ao nosso corpo diplomático no exterior, um serviço de pesquisas históricas. Tive oportunidade de encontrar-me pessoalmente com Sua Excia., durante uns dias de repouso seu em Lindóia.

Daí resultou minha excursão à Europa. Cumpro um dever elementar de gratidão e justiça, apontando o gesto de Sua Excia. auxiliando essa minha excursão de caráter científico, como sendo uma demonstração a mais de seu amor às nossas riquezas espirituais, um exemplo da mais alta compreensão, de espírito generosamente mecenático, de que tanto necessita

a nossa terra, para o seu desenvolvimento intelectual sobretudo. Em março de 1957, pude assim empreender essa viagem a Paris, com escala em Roma e passando na volta por Espanha e Portugal.

Em Roma todavia me esperavam proveitosíssimas surpresas. Não compreendia o prezado arquivista do **Archivum Romanum Societatis Jesu**, que eu deixasse de examinar cuidadosamente os documentos, antes de lhes encomendar a microfilmagem. Dei-lhe depois absoluta razão. Terminei permanecendo em Roma quarenta dias. E mais pudesse eu demorar-me, mais teria lá o que fazer. No **Arquivo Secreto do Vaticano** fui encontrar o que tanto procurava em vão: o **Processo informativo da Bahia** de 1619-1620. Não a cópia do original português, mas a tradução latina... Enfim o documento!

Trata-se de um volume manuscrito, em formato grande, de mais de seicentas páginas. Não pude até hoje completá-lhe a leitura. Mas o que já li, muitas vezes decifrando através do aparelho microleitor, dá-me a certeza de que o Processo contém particularidades históricas de primeira monta e do maior interesse para a reconstituição de aspectos do nosso passado, mormente para a história regional da Bahia, do século XVI e princípios do seguinte. Um exemplo apenas para confirmar o que dizemos.

Descrevem as antigas biografias as pitorescas circunstâncias, nas quais em 1577, assentado sobre um tição, a confessar a Índia Velha na ilha de Itaparica, recebeu Anchieta a comunicação de que estava nomeado pelo Geral Everardo Mercuriano para novo provincial do Brasil. No Processo, menciona o Padre Pero Leitão S. J. em seu depoimento, por sinal larguíssimo, o nome da pessoa que assistiu ao fato. Trata-se de Antônio de Paiva, homem instruído e prudente, morador em Vila Velha, capitão português da aldeia indígena existente ainda então naquela ilha. Nessa Aldeia, de Santa Cruz sem dúvida, foi que se passou o caso (1). **Fiat sancta voluntas tua!** exclamou Anchieta em voz alta, suplicando o auxílio divino para poder carregar peso tão incomportável para seus ombros quebrados... (2).

*

De Roma sai enriquecido de dezenas de documentos novos, em milhares de microfimes, dos quais uma parte me foi re-

(1). — S. Leite S. J., *História*, II, 58, dá essa Aldeia como extinta em 1564.

(2). — *Bibl. Apost. Vat., Arch. Congr. Rit.*, 303, 44-44v.

metida depois pelo correio. De caminho, procurei em Genebra, onde estive dois dias, a documentação relativa aos pastores calvinistas da França Antártica. A ausência no momento do conservador da secção de manuscritos da Biblioteca da Universidade me impediu folhear pessoalmente aquêles papéis de quatrocentos anos. Obtive entretanto a indicação de obra recente, em que êsses documentos se aproveitaram. Trouxe comigo o livrinho de Olivier Reverdin, **Quatorze calvinistes chez les Topinambous**, Genebra, 1957.

Em Paris verifiquei exatamente o que se guarda na Biblioteca Nacional, relativamente à causa de Anchieta. Em dois grossos volumes encadernados se juntaram quase tôdas as Atas e Processos dessa causa, publicados em Roma pela Sagrada Congregação dos Ritos, na primeira metade do século XVIII. Em São Paulo e no Rio de Janeiro e aqui na Bahia, em meu poder, existem êsses mesmos Processos. As duas publicações que possuo, cuidadosamente restauradas pelo Arquivo Nacional. Mandei entretanto microfilmear as passagens de interesse para a biografia de Anchieta, contidas nas obras de Pierre d'Outreman, de Pierre Jarric e Jacques Damien.

Resumirei, evidentemente, podeis ficar tranqüilos, os passos que fui dando e só vos falarei dos meus achados mais importantes. Constava-me que, em Toulouse, possuia o **Archivum Provinciae Tolosanae Societatis Jesu** um valioso fundo documental, reunido desde o século passado pelo historiador jesuíta e exímio pesquisador, que foi o Padre Leonardo Cros. Vivendo largos anos em Espanha, esquadrinhara êle, como autêntico pioneiro, os arquivos eclesiásticos e notariais do Norte do país, recolhendo informações preciosíssimas sôbre o fundador da Companhia de Jesus e seu parente São Francisco Xavier. Ora Anchieta se considera aparentado com ambos. Fui a Toulouse e revistei o "fundo Cros".

Iria exceder-me descaridosamente, a vossas expensas, se quisesse ler aqui o resumo das notas que acêrca das relações entre Anchietas e Loiolas nos séculos XV e XVI. Mas não posso deixar de apresentar umas amostras.

A 19 de maio de 1435, Lope Garcia de Lazcano, chefe da Casa de Loiola e Martin Pérez de Emparan, em companhia de parentes de ambas as famílias, se aliam em trégua com juramento. Volta-se tal aliança contra os Anchietas.

"Otrosoi, porquanto muchas veces por experiencia, — explicam êles —, sin aver una causa de division e discordia de entre los dichos solares, ha sido la casa de An-

chieta...” Seus componentes “queriendo trabajar porque entre nosotros no aya concordia, e en especial al presente Lope de Anchieta, Martin Gonzalez su hermano e Martin Martinez de Anchieta su tio estan divisos de los dichos solares de Loyola y Emparan y ponen division quanto pueden”...

Caracterizadas as razões da luta, prosseguem:

“Porende otorgamos... por nos y nuestros herederos y por nuestros solares y parientes, que ninguno o alguno de nos ni ellos no podamos tomar ni tomemos a los dichos Lope de Anchieta y Martin Gonzalez e Martin Martinez ni alguno dellos en nuestras treguas ni en otro negocio ni comida alguna, para los ajudar ni defender, ni les facer otro parentesco de ajuda y deferimiento” (3).

Bem poderosos deviam ser então os Anchietas de Urrestilha, para assim atrair contra si as iras conjugadas de duas grandes Casas de **Parientes Mayores** da Guipúscoa. E todavia seis anos depois, em 1441, vamos encontrar, no testamento de Lope Garcia de Lazcano, na menção que aí faz de seus filhos, o nome de Urtayzaga de Loyola, casada com Martin Garcia de Anchieta. Foram os pais de João de Anchieta, o músico, maestro e chantre da Capela Real, de Pedro Garcia de Anchieta e de Maria López de Anchieta (4). A essa mesma geração pertenceu, sem dúvida, o avô paterno de Anchieta, natural de Urrestilha.

Em 1467, como um dos fiadores da instituição do morgado de Loiola, feita por ocasião do casamento de Beltrão de Onãz com Marina Sáenz de Licona — os pais de Santo Inácio de Loiola —, uma das testemunhas é Martin Martinez de Anchieta. No documento original vinham citados vários outros Anchietas, que infelizmente deixou o Padre Cros de mencionar nominalmente (5). Por onde se vê, nota expressamente o mesmo historiador francês, que as duas famílias, na maior parte do tempo, viveram em boas relações de amizade.

Os Anchietas fazem parte do bando de Onãz, oposto ao de Gamboa. Onhacinos e Gamboínos se disputavam o predomínio nas províncias Vascongadas. Vivendo a poucos quilômetros do castelo de Loiola, no vale de Urrestilha, difficilmen-

(3). — Arch. Prov. Tolos., — Fondo Cros, 663-664.

(4). — Arch. Prov. Tolos., — Fondo Cros, 671-672.

(5). — Arch. Prov. Tolos., — Fondo Cros, S. Iguace. Mat. réd., Sér. G., f. 8, Complements.

te os Anchietas poderiam esquivar-se a uma tal sujeição política, nota Adolfo Coster, num livro aliás bastante criticável **Anchieta et la famille de Loiola** (Paris, 1930), no qual historia a séria desavença, que se armou em Aspêitia, entre João de Anchieta, o músico, pároco de São Sebastião de Soreasu, e seu primo Martin Garcia de Loiola, o irmão mais velho de Santo Inácio, chefe da Casa dominante no lugar (6).

Passei todo o mês de junho na Espanha. De San Sebastian, fui a Loiola, visitando Aspêitia e Urrestilha. Dêste risonho vales e dos dois “Caserios” Anchieta, consegui excelentes fotografias. Na pequena povoação de Urrestilha encontrei ainda uma senhora de avançada idade, D. Rafaela Azcue Zabala-Anchieta. O nome vai a caminho de desaparecer de todo. Não tentei alargar sôbre os Anchietas os dados já colhidos, com pesquisas pessoais nos arquivos vascongados. E’ tarefa para alguns meses. Deixei-a a cargo dos historiadores locais. Furneci cópia das notícias do “fundo Cros” a alguns dêles. Espero que o Rev. Padre Francisco Mateos S. J., ou outro por êle, utilize algum dia as pistas que lhe dei.

*

Com êsse historiador jesuíta, um dos colaboradores da Revista **Razón y Fe**, com quem já entretivera correspondência, me pús imediatamente em contacto ao chegar a Madrí. No ano de 1954, IV centenário da fundação de São Paulo, seu nome estivera também no cartaz. Atribuíram-lhe ter dado ganho de causa aos que, com exclusão de Anchieta, proclamaram ao Padre Manuel da Nóbrega único fundador daquela cidade. A verdade é que, se a êste cabe a **responsabilidade**, quando se passa à **execução** da idéia, o que já não é apenas um ato jurídico, mas uma série de atos de ordem material e moral de que resultou a vida e a sobrevivência dêsse aglomerado humano, aí surge a figura de Anchieta. Durante mais de dez anos é a sua presença, principalmente, quem tudo sustenta e move. Êle é a alma de Piratininga...

Foi o que, pouco depois, em carta particular, reconhecia o Padre Mateos:

En su sentido más amplio, pero mucho más real y verdadero fundador es quién con su poderoso espíritu, sus excelsas cualidades catequísticas, su exquisita sensibilidad espiritual, sus maravillosas trovas poéticas, su

(6). — *Op. cit.*, págs. 57-58.

comprensión del alma indígena, su adaptación al medio ambiente brasileño, su prestigio ante los brasis, a la vez caníbales y infantiles, cual hijos de la selva, su valor en el emocionante drama de Iperoig, sus hechos extraordinarios y taumatúrgicos, en una palabra su santidad y su apostolado sin segundo, realizó y sacó adelante la fundación de São Paulo, y es al igual y por encima de cualquier otro, padre del cristianismo en el Brasil (7).

Sobre ascendencia del Padre Anchieta, publicara meses antes sua Rev. em **Razón y Fe** um excelente trabalho, em que deixa demonstrada a inandade da hipótese aventada por Afrânio Peixoto, segundo a qual se identificariam, apesar dos embaraços da cronologia, o pai do nosso Venerável, emigrado em 1522 de sua terra natal, e um outro João de Anchieta, que aparece, como sendo ainda uma criança, no testamento do Cura de São Sebastião de Soreasu, dêsse mesmo ano de 1522. O trabalho de Francisco Mateos é exaustivo a respeito. Tenho o prazer de oferecer ao Centro Espanhol uma separata do mesmo.

A propósito dessa ascendência de Anchieta, pude, à minha volta de Tenerife, para onde segui, com interrupção em Sevilha para recolher determinados documentos no **Archivo de Índias**, fornecer ao mesmo Padre Mateos um elemento novo e decisivo. Em Tenerife, não me contentei com visitar com a devoção do peregrino os pontos consagrados pela memória de Anchieta, sua casa natal em La Laguna, a catedral, onde outrora, quando era ainda a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios recebeu o batismo o Apóstolo do Brasil, enfim todos os lugares de valor histórico e paisagístico para uma reconstituição de sua infância. Procurei os representantes atuais dos Anchietas.

Dom Manuel de Ossuna y Benitez de Lugo se encontrava hospitalizado, mas pela mão de seu mano Dom José de Ossuna Batista, reitor do Seminário Diocesano, tive a sorte de poder consultar, na tarde de 18 de junho de 1957, o seu arquivo particular em sua casa solarenga. Entre outros papéis de importância, lá está referência da compra em 1526 por João de Anchieta, da casa junto à Praça del Adelantado, que a tradição e uma lápide de mármore designam como sendo o lugar de nascimento do Venerável Padre José de Anchieta. Mas outro achado de muito maior importância me estava aí reservado.

(7). — Carta de 12-I-1954, ao Rev. José Achótegui, S. J.

Em papéis avelhantados de uma grande pasta sôbre os Anchietas, encontrei no Arquivo de Dom Manuel de Ossuna y Benitez de Lugo notícia fundamental. Numa **Información de nobleza**, feita em San Cristobal de La Laguna a 23 de abril de 1540 pelo Licenciado Francisco de Alzola Hernández de Trujillo, documento existente entre os “protocolos” do “escribano mayor del consejo” João López de Azoca, aparece como testemunha “el capitan Juan de Ancheta” (8).

“Preguntado por las preguntas generales, dijo que es de edad de quarenta años”.

Nascido, pois, conclui Dom Manuel de Ossuna em 1499 ou 1500. Diz mais ser então

“escribano de Su Majestad y vezino de la Isla de Tenerife”.

E o que, para o nosso caso, sobe grandemente de ponto, declara ser filho de “Lope de Anchieta y Da. Maria de Ayla”. Aqui temos, pois, os avós paternos do Venerável Padre José de Anchieta.

Em Santa Cruz de Tenerife, três dias depois, me dirigi ao **Archivo Histórico Provincial**. Acha-se bastante mal instalado ainda, no porão da **Escuela de Comercio**. Sua criação, disse-me a Senhorita Emma González Yánez, sua conservadora, é recente, datando apenas do ano de 1935. Para êle, só no ano seguinte, entraram os “protocolos” de La Laguna. Ia eu em busca dessa **Información de nobleza** de 23 de abril de 1540. Encontrava-se no Arquivo à minha espera o historiador Dom Alexandre Cioranescu, rumeno de nascimento e professor na Faculdade de Letras da Universidade de La Laguna.

Declarou-me logo o distinto professor que López de Azoca fôra escrivão de 1554 a 1564. O referido papel só se poderia encontrar portanto entre os “protocolos” de seu predecessor. Luís Mendes, de quem herdara o livro... Dêste, entretanto, faltava o volume correspondente à primeira metade do ano de 1540. Noto sem embargo: na obra de Dom Manuel de Ossuna y Van Den-Ueede, **El regionalismo en las Islas Canárias**, tomo I, p. 169, nota 1, uma referência a certa escritura “otorgada en 15 de febrero de 1546, ante Juan López de Azoca”; em **Conquista y Antigüedades de las Islas de la Gran Canaria**, Madrid, 1676, p. 194, de Juan Nuñez de la Peña, cuja probidade his-

(8). — *Ancheta* e não *Anchieta*, quer D. Manuel de Ossuna que seja, por êsse documento. Nos atos, porém, que assina como escrivão, e que vimos, está *Anchieta*.

tórica é reivindicada ultimamente com certo calor, leio que Juan Lopez de Azoca “fué escribano mayor del cabildo, año de 1539”. Não seriam ambos escrivães, Azoca e Mendes, em 1540, embora de diversa categoria?

Mostrou-me contudo o mesmo professor uma série de documentos de grande valor ali arquivados sôbre os Anchietas. Vários testamentos de irmãos do nosso Venerável. Pôs-me igualmente à disposição uma coleção de notas já elaboradas a respeito da família Anchieta, que faço votos publique quanto antes. Por uma delas fiquei ciente de que um dos irmãos de José de Anchieta, bem mais moço que êle, Melchior, foi para o México como militar, lá falecendo com testamento. O que vem corrigir a notícia do **Compendio de la Vida de El Apostol de el Brasil** de Dom Baltasar de Anchieta, pela qual Melchior e Bartolomé, outro irmão, teriam perecido combatendo nas guerras de Flandres.

*

Em companhia do Padre Francisco Mateos, estive mais de uma vez no **Archivum Provinciae Toletanae Societatis Jesu**, um dos mais opulentos para a História da Companhia de Jesus, tirando naturalmente o Arquivo Romano. Está atualmente localizado em Chamartin de la Rosa, arrabalde de Madrí, no Colégio de “Nuestra Señora de los Dolores”, celebrizado no famoso romance de Luís Coloma, **Pequeñeces**. Nesse colégio, que deve estar agora reaberto para suas primitivas finalidades, tive o prazer de cumprimentar e de ouvir mais uma vez meu velho mestre de Teologia Fundamental em San Miguel, província de Buenos Aires, em 1934, o eloqüente e distintíssimo Padre Francisco Xavier Ruipérez.

Do Arquivo da Província de Toledo trouxe extensa e preciosa documentação. Para a biografia de Anchieta em particular, nada tão valioso como a carta ânua de 11 de dezembro de 1578, redigida pelo Padre Luís da Fonseca, dirigida ao General Padre Everardo Mercuriano. Seu texto em espanhol não consta da bibliografia de Luís da Fonseca, arrolada no tomo VIII da **História da Companhia de Jesus no Brasil** do Padre Serafim Leite. Encontra-se inserido no III tomo de **Varia Historia**, n.º 646, e corresponde aos acontecimentos do ano de 1577.

O largo trecho sôbre a Capitania de São Vicente é todo um capítulo da Vida do Apóstolo do Brasil. Entre outras coisas leem-se aí minuciosas descrições de dois autos teatrais levados à cena com pequeno intervalo em São Vicente: da **Pre-**

gação Universal, representada com enorme sucesso a 1 de janeiro de 1577 e da festa, parte religiosa parte teatral, com que se recebeu ali triunfalmente a relíquia de uma cabeça das “Onze mil Virgens” que trouxera o Provincial Luís Tolosa em sua visita nesse mesmo ano. Superior das casas da Capitania desde 1567 era o Padre José de Anchieta. Êle o autor dessas composições dramáticas, êle a mola real de tôda essa intensa e feliz vibração. Isto e mais do que isto a irradiação de sua amabilíssima santidade, eis o que pode explicar o seguinte magnífico excerto, que vos passo a ler.

“Conhecíamos de antemão — escreve o Padre Luís da Fonseca — quê o povo desta Capitania levava vantagem ao de tôdas as outras em amor, crédito e obediência aos Nossos. Deram contudo êste ano demonstração disso ainda mais clara, porque, partindo o Padre Provincial, depois de acabada sua visita, para esta Bahia, pretendeu levar consigo ao Padre José de Anchieta, o qual por ordem de Vossa Paternidade estava designado como Reitor do Colégio do Rio de Janeiro. Sentiram tanto isto tôdas aquelas vilas e foram tantos os meios que intentaram para quê permanecesse naquela terra, que confrangia o coração de quantos o presenciaram.

Com efeito, além do que fizeram em particular grandes e pequenos, o Capitão [Jerônimo Leitão], com tôda a gente principal, no dia em que se depositou na Igreja a Santa cabeça, se pôs de joelhos diante dela, suplicando ao Padre Provincial por amor de Deus, e por amor dela, que não quisesse levar-lhes [dali] ao padre. E o mesmo fizeram [outra vez] um dia da semana santa. E por se não restringir aos homens a importunação, no dia de páscoa [11 de abril de 1577], se juntaram tôdas as mulheres a lhe pedirem a mesma coisa.

O Padre Provincial respondia a todos que tinha a melhor boa vontade e seu desêjo era satisfazê-los, já que aproveitavam tanto com a presença dêle, mas que era preciso obedecer ao que Vossa Paternidade ordenava. E que, se estivesse em suas mãos, êle o tornaria a enviar para o seu meio bem depressa. E confiando nisso, se consolaram algum tanto.

No dia em que o Padre Provincial devia embarcar, levando consigo ao Padre [José de Anchieta], o povo em pêso, quer as pessoas de qualidade, quer a plebe, compareceu à praia, a esperá-los. E aí foram tantas as lágrimas e os suspiros com que se despediam que representava muito ao vivo a despedida de São Paulo, quando [em Êfeso] se apartava de seus discípulos para ir a Jerusalém. Não era pouca a matéria de consolação que dava aos Nos-

sos ver quanto amava aquela gente aos da Companhia e quanto se aproveitava de sua doutrina e exemplo.

E parece que foi coisa ordenada por Deus que, apesar de todos êsses óbices, que não foram pequenos, se determinasse o Padre Provincial a levar de qualquer maneira ao Padre Anchieta, porque pouco depois de haverem, com boa viagem, chegado a êste Colégio [da Bahia], veio recado de Vossa Paternidade para que ficasse êle provincial. Pois se lá tivesse permanecido em São Vicente, tão cêdo não se lhe pudera enviar êste aviso, por falta de navios e por ser trabalhosa a navegação. Desta eleição muito se alegraram todos, assim os de casa, como os de fora, dada a grande opinião de virtude e santidade em que é tido por tôda a gente” (9).

Aí está, senhores, nesse flagrante, focalizado com exatidão fotométrica o pedestal da popularidade de Anchieta em nossa terra, as razões do afeto entranhado que lhe consagra o povo brasileiro, afeto que tão cêdo não se extinguirá entre nós. Eis por que tocar em Anchieta para diminuí-lo é entrar desastrosamente em choque contra os sentimentos mais vivos e delicados, mais longamente arraigados de um povo, que há muito tempo elegeu, instintivamente mas com todo o acêrto, seus heróis nacionais.

*

Terminei a excursão em Portugal. Pela pátria da maior parte de meus antepassados peregrinei, de arquivo em arquivo, durante quase todo o mês de julho do ano passado. Com encantamento e não menor proveito andei por Évora, Coimbra, Pôrto e Lisboa. Terei que omitir agora quase tudo... No **Arquivo Histórico Ultramarino**... Devo aqui, abrindo um parêntesis, para atender à uma amável recomendação de seu Diretor, Dr. Alberto Iria, fazer esta solene declaração: fui o primeiro cidadão brasileiro a penetrar para pesquisar naquele santuário da História, sem necessitar, em virtude dos últimos tratados, de apresentações oficiais!

Ali, uma tarde, tive o ensejo de palestrar demoradamente com o velho e simpático historiador eclesiástico, Mons. José de Castro, pessoa tão conhecida e estimada no Brasil, onde viveu e trabalhou longos anos. Sem que eu desejasse tocar no assunto, trouxe-o à baila o meu interlocutor. Parecia sua Rev. reduzir a controvérsia sôbre o papel de Nóbrega e Anchieta respec-

(9). — Arch. Prov. Tolet., *Varia História*, III, págs. 642-642v. Traduzimos do espanhol.

tivamente, na fundação de São Paulo, a uma disputa de influência, à última hora, entre Portugal e Espanha, em nosso meio.

— Com sua licença, — retruquei-lhe. Pelo visto os portugueses tem o direito de impor no Brasil uma opinião, os espanhóis outra... Nós brasileiros é que não teremos "chance" de julgar a respeito do que sucedeu em nossa terra? Parece-me que isto é o que se vem fazendo há quatrocentos anos!

Não me lembro se lhe disse então, mas agora o faço: Anchieta, que Portugal nos presenteou aos vinte anos e que a Espanha embalou criança para nós, só pode constituir um motivo a mais para que paguemos a Portugal, sem esquecer Espanha, a dívida imortal de amor e gratidão aos que nos deram, com os bens da terra, as esperanças do céu. A caridade cristã, que nos ensinou Anchieta com seu exemplo e suas palavras, é suficientemente grande para abranger a Península Ibérica, a América Latina, o mundo todo...

Viva Anchieta!

Salvador, 13 de julho de 1958.

Pe. HÉLIO ABRANCHES VIOTTI. S. J.